

Acusados armam defesa conjunta

Os advogados dos parlamentares incluídos na lista de cassações da CPI do Orçamento reúnem-se hoje, para adotar procedimentos comuns na defesa de seus clientes. A primeira iniciativa deve ser a de recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra o projeto de resolução que altera o funcionamento da Câmara durante a revisão constitucional, aumentando o número de sessões ordinárias de uma por semana para cinco. Com isso, o prazo para defesa dos acusados seria reduzido. O projeto deve ser posto em votação hoje pelo presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE).

“O projeto restringe o direito de defesa. Depois de iniciado o processo, não se podem alterar as regras do jogo. Vou ao STF”, afirmou

Walmor Giavarina, organizador da reunião dos advogados e que tem como seus clientes os deputados Cid Carvalho (PMDB-MA) e Manoel Moreira (PMDB-SP). “Quando o deputado Nobel Moura tentou renunciar, seu pedido não foi aceito com a alegação de que o processo já tinha se iniciado. O mesmo argumento serve agora”, lembrou Giavarina.

O projeto que convocou a revisão estabelece que, durante o processo de modificação da Constituição, a Câmara fará sessões ordinárias uma vez por semana. Por essa regra, o prazo de defesa dos acusados pela CPI do Orçamento será de cinco semanas. Mas o presidente da Câmara quer que o julgamento seja feito em 45 dias, no máximo. Com esse objetivo, apre-

sentou o projeto de resolução, que, ao prever sessões diárias de segunda a sexta-feira, reduz o prazo de defesa a cinco dias.

Além dos advogados, os acusados também começam a se articular. O gabinete do líder do PFL, deputado Luís Eduardo Magalhães (BA), transformou-se em quartel-general dos incriminados. Ontem, reuniram-se com o líder pefelista os deputados Ricardo Fiúza (PFL-PE), Êzio Ferreira (PFL-AM) e Genebaldo Correia (PMDB-BA), que estão na lista de cassações. Também estiveram com Luís Eduardo os deputados Mussa Dumes (PFL-PI), Paes Landim (PFL-PI) e Pedro Irujo (PMDB-BA), que serão investigados pela Corregedoria da Câmara.